

**A Construção Retórica da Edificação.  
Vieira, os índios e a missão nas Serras de Ibiapaba.**

Lígio de Oliveira Maia\*

**Resumo:** O objetivo deste texto é fazer um exercício de reflexão histórica sobre um dos escritos mais conhecidos do Pe. Vieira, sua *Relação da missão da Serra de Ibiapaba (1660)*. Para tanto, parte-se de alguns pressupostos já apontados por estudiosos que têm se preocupado com o processo de escrita e circulação de textos do influente jesuíta; atentando para alguns tópicos da *Relação*, em especial, através de três temas privilegiados: a conservação das conquistas portuguesas, os exemplos de edificação e a sugestiva heresia indígena.

**Palavras-chave:** Discurso colonial; Missão; Povos indígenas.

**Abstract:** This paper aim to discuss one of the most well-known texts by the Jesuit missionary Pe. Vieira, *Relação da missão da Serra de Ibiapaba*, written in 1660. To do so, considering studies about Vieira's writing process and his texts' circulation, this report analyses three specific themes: the defense of the Portuguese' possessions, the types of *edification* and the indigenous heretical practices.

**Key-words:** Colonial Speech; Mission; Indigenous Peoples.

### **O discurso pelo contexto**

Para os lingüistas, em geral, é a forma retórica de composição das cartas que constitui a chave para sua compreensão; aos historiadores, contudo, tal preceito é pouco válido se deslocado de seu lugar de produção e dos contextos em que está inserido, pois é pouco provável que o conteúdo esteja plenamente subordinado a composição estética. Em outras palavras, esquece-se a experiência (objetiva e subjetiva) que sustenta e finaliza o próprio processo cognitivo na invenção das correspondências.

Ao mencionar a experiência objetiva e subjetiva no processo de escrita, estar-se considerando fatores da própria experiência humana. Neste sentido, as cartas e demais fontes coloniais longe de serem transparentes, construindo quadros objetivos da realidade trazem em sua estrutura problemáticas da maior relevância. Todavia, mais do que levar em conta a relação sócio-cultural do emissor e destinatário, suas preocupações imediatas, etc., deve-se também tomar por foco o próprio processo de escrita e, por essa via, a contribuição de alguns teóricos têm sido instigante ao tratarem da correspondência inaciana e do Pe. Vieira, em

\*Doutorando em História Social, Universidade Federal Fluminense. Bolsista CNPq.

particular<sup>1</sup>. Por outro lado, o que escapa àqueles que têm enfatizado a tradição epistolográfica e suas formas retóricas é que elas podem ser moldadas ou construídas a partir de contingências históricas específicas.

No Brasil e pela leitura cuidadosa da lei de 1596, em que aos jesuítas era dada a prerrogativa de fazer “descer” os índios do sertão, os relatos de entradas ou de expedição vão ganhar, além da edificação, um caráter diplomático e político no sentido pleno do termo, devido sua aproximação mais estreita com os poderes temporais, na linha de frente da conquista colonial. Relatos que, aliás, vão servir a diferentes destinatários, pois a “carta sobre as missões do sertão se inscreve nesse clima agitado em que os jesuítas procuravam justificar sua estratégia política simultaneamente diante da hierarquia jesuíta e das autoridades civis da colônia e da metrópole” (CASTELNAU-L’ESTOILE, 2006: 442). Seu objetivo não era apenas resumir o trabalho, relatar as entradas missionárias, mas edificar os ouvintes, e com a aprovação do Provincial, podiam ser enviados a Europa, ganhando novo estatuto de simples cartas à “literatura de edificação”.

Logo, percebe-se que o contexto histórico na produção das fontes e a experiência de seus autores e/ou leitores (e suas instituições) são não apenas relevantes, mas imprescindíveis. Dito de outro modo, o discurso pelo discurso, a composição estética por ela mesma e a forma sobre o conteúdo podem eclipsar questões de outra forma inatingíveis.

### **Missão às Serras de Ibiapaba: *Entrada ao imenso Maranhão***

As Serras de Ibiapaba compreende uma região ou, mais precisamente um conjunto montanhoso, localizado a noroeste do atual estado do Ceará, na fronteira com Piauí. No século XVII, pelas condições geográficas e demográficas era tema constante na correspondência de autoridades colonialistas. Para lá seguiram os primeiros missionários portugueses, em 1607, em direção ao “desconhecido” Maranhão, colocando “as primeiras plantas nesta nova vinha” com o fim de evangelizar os gentios e tornar conhecida à influência dos franceses, na região desde 1580. Nesta nova vinha, os grupos indígenas representavam os obstáculos vivos mais atuantes compondo um contingente humano que variou de algumas centenas até seis mil de acordo com dados coevos, entre 1605 e 1756 (LEITE, 1938-50, III: 85-96). A potencialidade de conversão de um número tão expressivo – não se deve perder de vista o esvaziamento das aldeias no primeiro século -, deu novo ânimo aos missionários no

---

<sup>1</sup> Ao estudar o “retrato do índio em Vieira”, Alcir Pécora (1994) dá uma contribuição valiosa aos historiadores, sobretudo, porque contextualiza a produção do jesuíta. Porém, é surpreendente que tenha deixado fora a *Relação da missão da Serra de Ibiapaba* (1660).

norte colonial e, a isso, deve somar outro motivo não menos importante: a conservação do império português (ver *infra*) e os fêrvidos acontecimentos que envolviam a Ordem de Vieira e os colonos, no Pará e Maranhão.

Dispensado de seu trabalho diplomático em Portugal, Vieira passa a chefiar a missão da Companhia, entre 1652 e 1661. É no âmago desse contexto histórico envolvendo o trabalho missionário, aqui, apresentado brevemente que recai a análise da Relação de Ibiapaba. Mas é possível compreender a região como uma entrada (geográfica e catequética), daí tratar-se de uma *Relação de Entrada* - missionária e de expansão colonialista - ao vasto Maranhão, compondo com outras cartas um discurso missionário de intervenção nos assuntos temporais e espirituais<sup>2</sup>. Resta saber se é possível compreender a *Relação de Ibiapaba*, como uma espécie de registro intermediário, de uma espécie de *continuum* de ação missionária. Neste sentido, que lugar deve ocupar esse documento colonial e quais os temas tratados e construídos por Vieira nessa retórica de edificação?

### **Relação da missão das Serras de Ibiapaba**

É possível que a Relação de Ibiapaba nunca tenha atravessado o oceano, para ser aprovada e impressa sob os auspícios da Cúria generalícia da Companhia, em Roma<sup>3</sup>. Todavia, é inegável sua circulação entre os missionários, no Maranhão, e na Província do Brasil. O extenso documento está dividido em 17 parágrafos (§§) ou tópicos que antecedem os assuntos tratados. A meu ver, três grandes temas perpassam sua narrativa, embora reconheça, desde já, a fecundidade de outros aqui não tratados diretamente. São eles:

I – A conservação das Conquistas portuguesas (§§ IV, V, XIV).

Na Relação de Vieira os anos da década de 1650 aparecem, claramente, como uma nova oportunidade de conjugar num mesmo empreendimento às forças da Coroa e da Companhia. Não se deve perder de vista que o trabalho missionário era condição essencial na manutenção das conquistas portuguesas e, em Vieira, era hiper-dimensionada na apologia de exclusividade de sua ordem, pois “as utilidades temporais e políticas que por este meio acresceram à coroa e Estados de V. Majestade”, disse ao tratar das missões entre os

---

<sup>2</sup> Refiro-me, a um rico conjunto documental formado pela *Relação do Maranhão* (1609), do Pe. Luís Figueira; pela *Relação da missão das Serras de Ibiapaba* (1660), do Pe. Vieira; e, por fim, as *Cartas anuais*, do Pe. Ascenso Gago (1695-1702), todas elas sobre os trabalhos catequéticos entre os índios nas Serras de Ibiapaba.

<sup>3</sup> Com o falecimento de Vieira parte de seus manuscritos, encontrado na Bahia, foi remetida a Lisboa. A Relação de Ibiapaba compõe com outras destas cartas, o Tomo I *Das Vozes Saudosas* organizado pelo Pe. André de Barros, impresso em 1736. Cf. Vieira (1998: 78, 86-91). Salvo em contrário, as citações da *Relação*, no decorrer do texto, estarão indicados por parágrafos, junto aos tópicos.

Nheengáíba, no Pará, se dão porque “os primeiros e maiores instrumentos da conservação e aumento desta Monarquia são os ministros da pregação e propagação da fé”.

A argumentação de Viera desdobra-se para o outro braço do imenso Maranhão:

*o Estado do Maranhão até agora estava sitiado de dois poderosos inimigos, que o tinham cercado e fechado entre os braços de um e outro lado, porque, pela parte do Ceará o tinham cercado os tobajaras da serra, e pela parte do Cabo do Norte – que são os dois extremos do Estado – os nheengaígas (VIEIRA, 1998: 458-470).*

A carta endereçada ao Rei e datada de fevereiro de 1660 foi escrita antes de Vieira seguir para as Serras de Ibiapaba, constituindo-se numa preocupação já sistematizada pelo ilustre remetente, pois dois anos antes, havia escrito uma outra ao Provincial do Brasil, enumerando nove razões para permanência dos missionários, naquele momento de total insegurança. Para o “bem comum da república” e lembrando aos missionários à sua condição de membros do Império português, o jesuíta esclarece que a manutenção da missão, em Ibiapaba, estava diretamente relacionada às “outras missões deste Estado” do qual garantiria o “recurso da Província por terra, e o da Província e de Portugal” (VIEIRA, 2003:187-192).

Está claro que a Relação de Ibiapaba sendo uma narrativa construída para edificar era também e ao mesmo tempo uma carta diplomática e de cunho político. Diplomática porque seu conteúdo vislumbrava uma aproximação negociada com grupos indígenas até, então, conhecidos apenas por “fama”; e de aspecto político porque costurava os interesses da Coroa, inclusive, sugerindo ou aconselhando ações aos poderes colonialistas. A introdução aos apelos temporais é verificada no rigor com que lista e nomeia as autoridades: Diogo Botelho, governador do Estado do Brasil; André Vidal de Negreiros, governador do Maranhão; e também no Além-mar, o Conde de Odemira. Todos, por assim dizer, testemunhando o zelo dos missionários e dando o aval aos seus empreendimentos.

Por outro lado, respondendo aos críticos da continuidade da missão, possivelmente, dentro e fora da Companhia, Vieira constrói uma argumentação que se desloca dos frutos da Obra, geralmente, as mais eloqüentemente apresentadas – embora, faça isso noutros momentos -, para os “males” que se têm evitado pela simples presença dos missionários. O jesuíta referia-se a redução e vassalagem dos Tabajara, “sem armas nem despesas”; a abertura do caminho entre Maranhão e Ceará e para Pernambuco, “fechados pelas hostilidades desta gente [os índios]”; os índios estão inimigos dos holandeses, “cuja confederação era a Serra de Ibiapaba o maior padraço que tinha sobre si o Maranhão”; já não matam e nem “comem carne humana” e “guardam paz e fidelidade as nações vizinhas”; e seus

“vícios da fereza e desumanidade estão também muito domados”. E conclui, sem meias palavras: “tudo por benefício da assistência dos padres”.

Ver-se, assim, que a ferocidade indígena e seus rituais antropofágicos não eram apenas problemas de ordem teológica, de conversão. Supõe e compõe junto ao combate aos inimigos estrangeiros, a vassalagem indígena e a abertura de comunicação entre capitânias, um feixe de problemas, segundo Vieira, já resolvidos para resguardo do todo Corpo do Império.

## II – Exemplos na edificação (§§ I, VI-VIII, X-XII, XVII).

Logo no primeiro parágrafo da Relação, Antônio Vieira constrói um discurso de ligação ou continuidade com a primeira missão jesuítica em Ibiapaba, em 1607. Para isso, vale-se do sacrifício dos primeiros missionários ou de seus gloriosos destinos. Assim se refere à morte do Pe. Pinto que no momento da missa os índios “lhe deram três feridas mortais pelos peitos e pela cabeça, e no mesmo altar, onde estava para oferecer a Deus o sacrifício do corpo e sangue de seu Filho, ofereceu e consagrou o de seu próprio corpo”. E completa: “começando aquela ação sacerdote, e consumando-a em sacrifício”.

No pensamento metafísico do narrador, contudo, Pe. Pinto teria uma outra importância no âmago do Maranhão. Sua morte representou um “martírio” que se “deixam para mais longa história”. A descrição construída de sua morte não chega a ganhar a relevância de dramaticidade, formulada pelo companheiro do sacerdote morto, o Pe. Luís Figueira, em sua *Relação do Maranhão(1608)*; mas dá o tom de sua re-memorização, inclusive, de seu milagre em fazer chover no inóspito sertão, sendo, talvez, o primeiro mártir da Companhia de Jesus no Maranhão.

É possível vislumbrar o efeito desse relato entre missionários e noviços da Companhia que, aliás, neste documento é recuperado como se estivesse costurando à primeira missão (1607) com essa nova empresa a partir das edificações formuladas. Logo após o parágrafo de abertura, inexistente na Relação outro mártir a ser lembrado, em compensação os modelos ou exemplos na edificação vão se multiplicando, como ocorrem com os padres Antônio Ribeiro, “tão eloqüente na língua, e exercitado em conhecer e moderar os ânimos desta gente [os índios]”; Pedro Pedrosa, porque “estava o padre mais como prisioneiro das suas ovelhas que como pastor delas” e por meses alimentava-se de “espigas de milho seco que assava por sua própria mão” e “varria a pobre casinha com as mesmas mãos sagradas com que a tinha feito”.

Por outro lado, se é possível encontrar certa semelhança na *narratio* dos relatos edificantes saltam aos olhos as descrições do trajeto, apresentadas quase sempre como uma

peregrinação espiritual; e, no caso da Relação de Ibiapaba, como uma prática expiatória relevante e reveladora na invenção retórica dos modelos escolhidos. Antes de discutir este ponto, duas questões parecem importantes.

A primeira é que as tintas do narrador são carregadas ao extremo construindo uma espécie de cena viva das agruras do percurso para logo em seguida findar na completa superação dos obstáculos apontados; e, em segundo lugar é importante constatar que Vieira esteve presente em apenas uma das duas descrições de viagem, de fato, a de seu próprio percurso entre o Maranhão e o Ceará, de modo que mais uma vez – como, aliás, parece ser a maior parte da Relação -, o sacerdote escreve a partir de outras narrativas, a meu ver, da Relação de Luís Figueira (1609) e das cartas dos missionários que estavam nas Serras, recebidas por Vieira em 1658.

A descrição da inóspita natureza tinha um duplo objetivo: a construção mesmo de um itinerário do percurso, pois “esta era a primeira viagem que se fazia ou abria depois de tantos anos por estas praias, a falta de experiência, como sucede em todas as coisas novas, fazia maiores os trabalhos e os perigos”; e ainda, a própria construção retórica da edificação. Neste sentido, as forças naturais passam de obstáculos a aliados, no preceito dos sacrifícios.

A viagem de Vieira, iniciada logo após sua visitação entre os Nheengaíba, ganha outra dimensão, não apenas porque falava de sua própria experiência, mas que era do Superior e Visitador, já nomeado, que ecoava diretamente a narrativa. Os missionários da comitiva andaram por léguas a pé e descalços. Em Vieira, contudo, o sacrifício era mais amplo, pois “o tempo era de penitência, e de meditar nos de Cristo”.

Exaustão do percurso sob a natureza dura e inóspita, força dos padres que pela Fé moveram-se sobre as montanhas. Tudo, todavia, por providência divina que a todos amparava, velava e dava sinais claros de seu designo, ou seja, a continuação da missão abreviada, em 1608. O modelo missionário estava firmado: “Mas é graça esta própria dos filhos de Santo Inácio, que, posto se não criam nisto, criam-se para isto”.

### III – A heresia (§§ II, III, IX, XIII, XIV).

J. Adolfo Hansen ao analisar a correspondência de Vieira, do Maranhão, constatou que o tema da *heresia* surgia com maior força. Essa heresia não era apenas uma divergência doutrinária com os reformadores, mas estava diretamente envolvida naquilo que era mais caro a Vieira: a constituição do Corpo Místico do Império, legitimado pela Igreja de Roma, na qual sua Ordem teria papel na fronteira das Causas Segundas. Por isso eram hereges todos os colonos que escravizavam índios aldeados ou aprisionados injustamente, por não

cuidarem de suas almas, e que se portavam contrários ao trabalho dos jesuítas, veladores na manutenção do império (HANSEN, 2003: 7-74).

Na Relação de Ibiapaba a heresia ganha uma projeção peculiar, entre os índios, pois a partir da aliança com os holandeses no período da guerra luso-batava (1630-1654), são os “executores das crueldades que eles política e hereticamente lhes cometiam, desculpando com a barbaridade dos brasileiros o que verdadeiramente não só eram consentimentos, senão mandados e resoluções suas”. Ao final dos conflitos centenas de grupos indígenas empreenderam fuga temendo revides dos vencedores e os montes ibiapabanos, para Vieira, constituíram – por sua extensão e distância -, um “refúgio conhecido, e valhacouto seguro dos malfetores”; e também por sua nova composição na “Genebra de todos os sertões do Brasil”.

Diferente de Recife, a heresia alastrou-se ao sertão por outros agentes: os *fugitivos de Pernambuco* que “vieram ensinar à serra, onde, por muitos deles saberem ler, e trazerem consigo alguns livros, foram recebidos e venerados dos tobajaras como homens letrados e sábios, e criam deles, como de oráculos”.

Ainda na Relação, os índios quase sempre são apresentados por “bárbaros” e “feras” dando a impressão de terem sua humanidade negada pelo sacerdote, o que não apenas é improvável – pois a humanidade indígena fora resolvido pelos escolásticos no século XVI -, como em outro momento é totalmente esclarecida. Ao referir-se aos índios nas Serras, antes do contato com os holandeses afirmava que “ainda que não havia neles a verdadeira fé, tinham, contudo o conhecimento e estima dela, a qual agora não só a perderam, mas em seu lugar foram bebendo com a heresia um grande desprezo e aborrecimento das verdades e ritos católicos”; para em seguida, usar das categorias tomistas que, aliás, parecem não ter sortido nenhum efeito de distinção já que os índios estavam “abraçando em tudo a largueza da vida dos holandeses, tão semelhante à sua, que nem o herege se distingue do gentio, nem o gentio do herege”. Por isso era necessário compreender até que ponto houve uma absorção dos preceitos religiosos dos holandeses, o que desanimava o missionário: dos Tabajaras na Serra “não se podem dizer nem saber todos, que eles os sepultava dentro em si mesmos”.

### **Considerações finais**

A Relação da missão das Serras de Ibiapaba é uma continuação retórica dos trabalhos missionários, no (e para o) imenso Maranhão. Não se trata da construção de um quadro objetivo da realidade colonial, mas de mais uma justificativa a exclusividade e relevância do trabalho dos missionários. A geografia do percurso e do imenso monte encravado, no sertão colonial, parece constituir junto com os índios o maior obstáculo aos

desígnios da Graça. Na retórica de Vieira, os obstáculos são inflacionados com a chegada dos novos hóspedes, os índios hereges. É bem possível que o que Vieira chamou de conversão dos índios de Pernambuco, possa ser compreendido como uma miopia à diversidade ou à polifonia de apreensões indígenas acerca da religiosidade cristã; ou seja, sua retórica é uma construção de aproximação, de um entendimento que se queria claro, para si e para seus potenciais leitores. Por isso para contemplar seu pensamento já construído, se vale sem rodeios de outras narrativas, tomadas por objetivas apenas enquanto instrumento de sua linguagem e de seu discurso.

### Referências bibliográficas:

- CASTELNAU-L'ESTOILE, Charlotte de. **Operários de uma vinha estéril: os jesuítas e a conversão dos índios no Brasil (1580-1620)**. São Paulo: Edusc, 2006.
- FIGUEIRA, Luís, S.I. *Relação do Maranhão [1608]*. In: **Três Documentos do Ceará Colonial**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1967. Pp. 76-113.
- HANSEN, J. Adolfo. *Introdução*. In: VIEIRA, Antônio, S.I, 1608-1697. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2003. Pp. 7-74.
- LEITE, Serafim, S.I. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. (Vol. III). Lisboa / Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Instituto Nacional do Livro, 1938-1950. Pp. 85-96.
- PÉCORRA, Alcir. *Vieira, o índio e o corpo místico*. In: NOVAES, Adauto (org.). **Tempo e história**. São Paulo: Companhia das letras, 1994. Pp. 423-461.
- VIEIRA, Antônio, S.I. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Hedra, 2003.
- VIEIRA, Antônio, S.I. *Relação da Missão da Serra de Ibiapaba [1660]*. In: GIORDANO, Cláudio (coord). **Escritos Instrumentais sobre os Índios**. São Paulo: EDUC/Loyola/Giordano, 1992. Pp. 122-190.
- VIEIRA, Antônio Vieira, S.I. **Sermões**. Revisão e adaptação de Frederico Ozanam Pessoa de Barros; supervisão do Pe. Antônio Charbel e de A. Della Nina; introdução e supervisão técnica de Luiz Felipe Baête Neves. Erechim: EDELBRA, 1998.